

## MEMÓRIA E EXPERIÊNCIA FEMININA NA POLÍTICA EM GOIÁS

*Mayra Regina Saraiva de Abreu<sup>1</sup>*

### RESUMO

Alguns grupos sociais, como o das mulheres, pelo status que possuem nas suas relações e pelas representações sociais que os explicam, foram silenciados nas narrativas autorizadas e impostas, como memória nacional. Este procedimento produziu danos para a identidade feminina, na medida em que reproduziu, no presente, a noção de que as mulheres estiveram ausentes dos acontecimentos que marcaram a vida social, bem como contribuíram para reafirmar os valores que mantiveram as mulheres distantes do mundo da política. Este artigo busca explicar as causas do silêncio social em torno das experiências das mulheres na política e a persistente falta de prestígio deste grupo social a partir de referências teóricas do pensamento político moderno, como os conceitos de esfera pública, esfera privada e gênero. Ao mesmo tempo, utiliza-se da experiência de Gercina Borges Teixeira e considera-se o levantamento bibliográfico e literário evidenciando-se como, ao longo do tempo, as mulheres se articularam para atuar neste campo livre dos constrangimentos impostos ao feminino. Por fim, examinam-se as motivações presentes nos cuidados, prestados pelas esposas dos candidatos e chefes de governo, associando esta ação à esfera da política, na perspectiva de retirar-lhe o caráter humanitário e inocente com o qual foi revestido.

Palavras-chave: História. Gênero. Representação feminina. Política pública.

## MEMORY AND FEMALE EXPERIENCE IN POLITIC IN GOIÁS

### ABSTRACT

In some social groups, such as women, the status they have in their connections and social representations were ignored in the authorized and imposed narratives, as national memory. This procedure produced damage to the female identity, as it reproduced in the present, the idea that they were absent from the events that marked the social life as well as contributed to reaffirm the values that have kept the women distant from the world of politics. This article seeks to explain the causes

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia. Professora do Centro Universitário de Goiás – UNI-ANHANGUERA. [mrabreu@yahoo.com.br](mailto:mrabreu@yahoo.com.br)

of social silence around the experiences of women in politics and the persistent lack of prestige of this social group from theoretical frameworks of modern political thought, such as the concept of public sphere, private sphere and gender. At the same time, using the Gercina Borges Teixeira experience, bibliographic and literary survey to evidence how, throughout the time, women have articulated to act in this field free from embarrassments imposed to women. Finally, it discusses the motivations present in the care provided by wives of candidates and heads of government, linking this action to the sphere of politics with a view to take out the humanitarian and innocent character with which it was coated.

Key words: History. Gender. Woman representation. Public policy.

## INTRODUÇÃO

Se tomada a história oficial, “história autorizada, imposta, celebrada, comemorada”, como cita Ricoeur (2007, p. 455), ou ainda, como o fez Pollak (1989), para indicar uma “memória enquadrada” (POLLAK, 1989, p. 11), sinônimo de “memória nacional” (POLLAK, 1989, p. 11, p. 2), é possível observar que grande parte dos acontecimentos por ela narrados a participação de certos grupos sociais não é mencionada.

Assim, se entre os pesquisadores, principalmente os biógrafos, verificou-se uma tendência de supor que somente “a vida dos grandes homens podia nos interessar” (SCHWOB, 1997, p. 23), os trabalhadores, alguns grupos étnicos e as mulheres se constituíram, por excelência, os excluídos da história, tomada como memória oficial, e foram silenciados nos contextos por ela narrados, ficando subsumidos, sem visibilidade. Vítimas dos abusos da memória, pois como declara Ricoeur (2007), não se pode lembrar/narrar tudo, torna-se necessário selecionar os fatos a serem celebrados no futuro, e é neste momento, o da seleção, que os abusos podem ocorrer. Eles decorrem do impedimento, da manipulação ou da obrigação de lembrar.

A tendência ao esquecimento de personagens e a seleção daqueles que devem ser lembrados não são casuais, ocorrem na “presença de embates políticos, permeando a constituição das narrativas, permeando a lembrança e o esquecimento” (KOFES, 2001, p. 12). As experiências das mulheres, por exemplo, foram esquecidas ou deslocadas para as esferas da vida social onde, por suposto, deveriam elas estar: a religião, a suplementação (auxiliares dos maridos em suas atividades profissionais em que, pelo casamento, segundo Corrêa (1995) e Pateman (1993), são colocadas as mulheres), o cuidado.

As experiências das mulheres no campo da política, em especial das mulheres goianas, objeto deste trabalho de pesquisa, é um exemplo dos deslocamentos e do silêncio que cercam as experiências femininas na esfera pública. Gercina Borges Teixeira, convertida em tema de investigação neste trabalho de pesquisa não escapou a essa tendência.

Gercina Borges Teixeira foi esposa de Pedro Ludovico Teixeira, interventor e governador do estado de Goiás entre 1930 a 1945 e de 1951 a 1954, e teve papel ativo no processo de implantação da nova capital, Goiânia. Devido aos cargos que seu esposo assumiu, esteve à frente

dos trabalhos na área social e da saúde na capital e no estado goiano, tendo sido presidente do Departamento de Assistência Social do estado de Goiás e da Legião Brasileira de Assistência (LBA) de Goiás. Sua atividade, na esfera pública, ao lado do marido, iniciou-se em 1936 e só se encerrou, oficialmente, em 1961. Primeira dama do estado goiano por cerca de quinze anos, ao contrário de seu marido, Pedro Ludovico Teixeira, não foi objeto de narrativas, de escutas capazes de trazer até o presente a ação das mulheres na esfera pública em Goiás, nas décadas de 1930 e 1940.

Diante desse silêncio, buscou-se com este trabalho dar escuta a vozes que teimam em trazer, até os dias atuais, por meio dos diferentes fragmentos de memória, ou seja, quaisquer documentos, citações, comentários em textos e nos manuscritos de uma época, a experiência esquecida de Gercina Borges Teixeira. A pesquisa toma como perspectiva teórica a noção de que a memória é capaz de redefinir a identidade dos grupos sociais. Esse pressuposto parte do princípio de que tudo aquilo que é lembrado, de algum modo, se faz repercutir sobre o presente, tornando-se parte dele (POLLAK, 1992).

O seu objetivo primeiro é apresentar evidências de que as mulheres atuaram, e têm atuado, na esfera pública, especialmente no campo da política, espaço identificado com o masculino. Depois, estabelecer os elementos que influenciaram no seu esquecimento, descrever a forma como atuaram, articulando as esferas públicas e privadas e, por fim, responder as indagações sobre a persistência, até os dias atuais, dos elementos que implicaram e implicam na sua posição periférica e desprestígio no campo da política.

## O PÚBLICO E O PRIVADO NA DELIMITAÇÃO DA AÇÃO DAS MULHERES

Compreender o *status* que as mulheres ocupam na sociedade exige que se considerem as associações feitas ao longo do tempo e que acabaram por determinar a posição e o lugar a elas destinados na estrutura social. Esse exercício intelectual requer uma revisão das noções de público e privado, suas significações e o conhecimento sobre como estruturaram as relações sociais, separando, classificando e situando homens e mulheres em posições e papéis socialmente distintos, especialmente no campo da política.

Para as feministas, explicar as desigualdades sociais, econômicas e políticas das mulheres ao longo de séculos, não obstante os ideais de igualdade e liberdade que fundamentaram a ação social na modernidade, exigiu um mergulho mais profundo nessas categorias centrais do liberalismo. A revisão das categorias centrais do pensamento político liberal e de sua prática, conseqüentemente, poderia, então, oferecer as respostas para a reprodução da exclusão, das desigualdades e da subalternidade feminina na sociedade. Já não era mais suficiente sustentar que tal condição era resultante da proximidade da mulher com a natureza e os esquemas reprodutivos, ainda que tais conteúdos subsistissem nos argumentos liberais da inabilidade feminina para o político e a política. Para Pateman (1996), era necessário, então, identificar os condicionantes concretos das desigualdades e da subordinação das mulheres aos homens foi buscá-la nas interpretações específicas e basilares do liberalismo, ou seja, nas noções “público” e “privado”.

As noções “público” e “privado” constituem duas categorias fundamentais na teoria política ocidental, quer em seu modelo clássico, quer no moderno pensamento político, ou, ainda, na teoria política contemporânea utilizados tanto para explicar a forma como a sociedade esteve, e está estruturada, como modelo para reforçar as estruturas e os papéis sociais, os atributos que os acompanham e os espaços nos quais os grupos sociais devem se conformar.

De acordo com Elshtain (1993), o uso das noções público e privado na organização das relações sociais surge não como um imperativo político, mas como uma necessidade social dos humanos. Inicialmente, se tornam referência para o “afastar da vista dos outros” e para “ser visto por todos”. Passaram a funcionar como duas noções básicas da vida social, capazes de criar ambientes com moralidade definida e força limitadora sobre os indivíduos e os grupos sociais, pressupondo habilidades e guiando suas ações no mundo.

É importante observar que as noções de público e privado nunca se encontraram isoladas, mas associadas a outros valores que reforçaram seu caráter normativo. Desse modo, nos diferentes contextos e nas distintas estruturas de pensamento essas duas categorias aparecem justapostas a outras como natureza, cultura; político, não político; social, doméstico, ordem pública; senhor, escravo; interesse geral e interesse individual; mulher e homem. Além disso, é importante observar que, segundo Aboim (2012), essas noções foram, e ainda são, utilizadas para estruturar relações sociais e/ou para representar a dinâmica das sociedades, especialmente da sociedade ocidental.

Como afirma Elshtain (1993), ao longo do tempo essas noções sofreram alterações e

novos sentidos foram sobre elas depositados. Mas foi somente a partir da sociedade grega que se pode encontrá-las, por exemplo, associadas à política e às noções de masculino e feminino. Naquela sociedade, o público estruturava um corpo político (*polis*) e as práticas sociais de cidadania, enquanto o privado teve a casa (*oikos*) como seu oposto, organizando as relações da produção e reprodução. Mas é na tradição do pensamento político ocidental moderno que as noções público e privado, converteu-se em categoria central da prática e do pensamento político liberal. Porém, novos sentidos se sobrepuseram às duas noções. Não bastava o público ser o corpo político – a *polis* – no qual os homens iguais ouviam e se faziam ouvir na busca de vida boa para todos. O privado abriga a família e os interesses mais pessoais – a intimidade, os afetos, a reprodução, o cuidado, a família. Elementos que deveriam manter-se fora da arena política, reclusos ao âmbito privado e que foram entendidos como interesse exclusivamente individuais, indesejáveis e incompatíveis com a esfera pública e com suas instituições civis e livres. Os conteúdos que permeiam cada esfera são opostos e, por vezes, incompatíveis, como racionalidade/afetividade; interesse comum/interesse individual; estado/família; produção/descanso; político/doméstico (não político); masculino/feminino.

Hunt (2009), durante o período da Revolução Francesa os revolucionários fizeram distinção categórica entre o público e o privado. A ideia do privado, antes de se definir como o espaço da domesticidade, do indivíduo e da família, sofreu as mais sérias agressões, pois era considerada, naquele período, como algo que expressava os interesses contrários ao interesse geral, nociva ao ideal da nova nação. Se as dis-

cussões, reuniões e convenções não podiam ser públicas era porque tratavam de conspiração, de interesses contrários aos da nação.

A dicotomia público e privado carrega, de forma subjacente, uma moralidade capaz de estruturar relações sociais. No pensamento político liberal clássico, bem como nos teóricos que o utilizaram como fundamento em suas teses, está presente a noção de que a família e o privado não são estruturas políticas. Por consequência, segundo Okin (2008), a divisão sexual do trabalho nela existente, a dependência econômica das mulheres e as relações de poder decorrentes dessa dependência ficaram de fora das luzes lançadas pela modernidade, ou seja, foram negligenciadas.

Ao ser despolitizado, pela força das diferentes representações sociais que associam o privado à irracionalidade, à instabilidade, à individualidade, à reprodução, ao cuidado e ao afeto, o privado, as mulheres sofrem a exclusão dos processos decisórios e de participação – falar, ouvir e ser ouvida, ver e ser vista – que ocorrem na esfera pública e política. Qualquer atividade que venham a desenvolver não será considerada política, pois o privado não é político e sua condição de cidadania é dada pela representação no universo político – Estado e sociedade – do marido. Para Pateman (1993), o contrato de casamento, em um contexto histórico marcado pela convenção, como o é a sociedade liberal, foi o instrumento que legitimou, na sociedade burguesa, a restrição das mulheres a vida doméstica e manteve o marido como seu representante formal no domínio público. Esses traços da sociedade foram os responsáveis, segundo Schwartzberg (1978), por manter as mulheres longe da política e dos centros de decisão e poder.

Porém, desde o século XIX, as mulheres, segundo Avelar (2007), lutam lado a lado com os homens por mudanças políticas, sociais e econômicas, sem que sejam, em nenhum momento, consideradas protagonistas dessas lutas. Ainda que elas tenham, ao longo do século XX, ampliado sua participação em outros campos da vida social, a presença feminina na esfera pública, especialmente na política institucional, manteve-se reduzida e vista com ressalvas. A sub-representação feminina é um dado concreto da baixa presença das mulheres nos parlamentos e no executivo e das reservas culturais e materiais que as mantêm distante dos processos formais da representação política (PAIVA et al., 2011; RIBEIRO, 2011; AVELAR, 2007; SÁNCHEZ, 2006).

É possível afirmar que, muito provavelmente devido ao reflexo de sua associação com o privado e do desprestígio social que sofreu essa esfera, a inserção da mulher na política tenha sido permeada por restrições – materiais e simbólicas – que as mantiveram, e ainda as mantêm, na arena política institucional (partidos políticos, administração estatal, legislativo e executivo), ou de organizações, como os sindicatos, por exemplo, em situação desigual frente aos homens e em posição secundária e periférica em relação ao poder. O *Global Gender Gap Report 2012*, introduzido pelo Fórum Econômico Mundial, em 2006, por exemplo, sistematiza, a partir de critérios econômicos, políticos, de educação e de saúde, e divulga o Índice Global de Desigualdade de Gênero. Esse documento apresenta as desigualdades entre homens e mulheres, em um sentido que, quanto mais próximo de 100%, menor a desigualdade. Classifica, então, 135 países de sua base de pesquisa, situados nos diferentes continentes. Em

sua edição de 2012, o *Global Gender Gap* declara que as desigualdades econômicas entre os sexos, de forma global, estão na ordem dos 60%, enquanto na representação política, apesar de sua redução, é de 20%.

A lógica masculina nesses espaços desqualificaram e/ou não criaram incentivos reais para sua participação. Para Madalozzo (2011), são barreiras invisíveis que impedem a ascensão das mulheres ao poder. A interpretação “efeito teto de vidro” (*glassceilingeffect*) corrobora a ideia aqui apresentada na medida em que torna visível, a partir do levantamento de dados, o reduzido número de mulheres em cargos de chefia e de direção tanto nos órgãos públicos quanto nas empresas privadas. Essa escassez tende a aumentar na mesma proporção que os salários e a importância da função crescem. Ainda que as mulheres tenham mais escolaridade e mais qualificação que os homens, a noção recorrente de que a condição dada pelo sexo – como as responsabilidades com as tarefas domésticas, família e filhos –, no futuro poderá limitar sua produtividade e seu comprometimento com o trabalho, constitui-se impedimento para sua nomeação a tais posições.

A inserção das mulheres na esfera pública, especialmente no mundo da política, tem enfrentado resistências culturais que poderiam ser explicadas, segundo Miguel (2010), pelos conceitos de campo, *habitus*, efeito *doxa* e capital político, desenvolvidos por Pierre Bourdieu (1989).

Para Bourdieu (1989), o campo político possui um conjunto de valores, regras, hierarquias construídas historicamente e a partir dos embates de seus agentes. Ele não é um campo fechado e, embora admita a inclusão de novos agentes e grupos, tende a barrá-los e excluí-los pelos processos que o estruturam. Uma vez in-

cluídos, os grupos, ou seus representantes, não são impedidos de falar, discursar, defendendo suas ideias e os interesses daqueles aos quais representam, porém, para permanecer no campo e nele terem credibilidade, devem interiorizar e adotar os protocolos estabelecidos para seu funcionamento. Esse protocolo, conjunto de regras, valores, processos e hierarquias, constituem o *habitus*. Aqueles que o interiorizam terão mais chances de permanecer no campo político, sendo respeitados pelos demais participantes, pois, segundo seus membros, acumularam capital político. O campo, no entanto, reflete as posições dos indivíduos e dos grupos no interior da sociedade. Por esse motivo se apresenta dividido e hierarquizado, ou seja, nele é possível perceber algumas pessoas gozando de muito prestígio e poder, enquanto outras se situam em posições periféricas, sem prestígio e poder. Por ser essa a forma como as pessoas percebem a sociedade, essa configuração desigual e hierarquizada não será questionada no campo, mas vista com “naturalidade”, sendo tão somente o reflexo do real. Essa coincidência, real e percepção do real, dá a impressão de que as coisas são tais quais deveriam ser.

#### NOVAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA

Se o silêncio que cerca a participação feminina no campo da política reafirmou a ideia de que elas estiveram ausentes deste universo, a noção de que este campo é mais amplo e engendra diferentes tipos e níveis de participação abriu espaço para novas percepções acerca da ação feminina. Com base nessa nova perspectiva, foi possível identificar outras vias, canais



informais de representação e de participação política feminina e afirmar que as mulheres são, também, protagonistas de processos políticos.

Ao ampliar a visão do que é a política, se tem, como consequência, novas possibilidades teóricas, novos atores e práticas que interferem na organização e na distribuição do poder. É com base nessa perspectiva que Pokam (2006) afirmou que a ação das primeiras-damas junto aos seus maridos, partidos políticos e apadrinhados é mais uma das diferentes formas de ação política das mulheres.

As primeiras damas, esposas dos chefes de governo, atuam politicamente quando agem no intuito de contribuir com a carreira política de seus maridos, candidatos ou chefes de governo. Quando atuam de forma ativa como apoiadoras políticas, buscando fazer seu marido interessante aos eleitores, em certos casos, o carisma da primeira-dama chega a se equiparar e, até mesmo, superar o do marido político. São várias as formas de atuação dessas mulheres: elas podem auxiliar os candidatos quando agem como cerimonialistas (MAYO, 2000), quando acompanham seus maridos nos eventos oficiais, humanizando a imagem do homem público, e, também, ao assumirem trabalhos de assistência e ajuda humanitária.

Essas mulheres atuam de modo a contribuir para ampliar o poder político de seus maridos e para mantê-los. Tornam-se operadoras qualificadas na arena política. Veja o papel de anfitriã que desenvolvem quando organizam festas, jantares e eventos sociais para promover a agenda do marido.

*These women are no longer content to be passive national figures and have become skilled operators in the political*

*arena, where obtaining and retaining power is key – a fact much appreciated by their husbands. They are political actors, on the one hand through the charitable work they undertake that serves to humanise and soften their husband's image, and on the other, as actors directly involved in the struggle to accumulate power (POKAM, 2006, p. 1)*

São mulheres ativas e seu trabalho é muito apreciado por seus esposos, na medida em que contribui para ampliar e reter o poder, agem duplamente na política: primeiro, porque seus trabalhos humanitários suavizam as críticas, a imagem do marido e, depois, porque estão envolvidas diretamente na luta pelo poder.

Embora, muitas vezes, não obedeçam às diretrizes das políticas públicas de assistência social, educação e saúde, o trabalho social que prestam à comunidade torna-se, assim, uma atividade do mundo da política, desenvolvido para atingir fins políticos. O trabalho de caridade e de assistência confere visibilidade à mulher, permitindo que ela saia da esfera privada, articulando as dimensões, e participe de encontros políticos, atuem dentro dos partidos políticos, realizem seminários, promovam campanhas e ações de caráter diverso, articulando forças políticas. Quanto maior for a visibilidade da atividade da primeira dama, mais evidente é também o seu caráter político.

Com base no prestígio que acumulam com seu trabalho, essas mulheres são valorizadas nos momentos de campanha eleitoral, quando os candidatos estão em busca do apoio político e votos que ampliem as chances de sucesso nas eleições. Assim compreendido, o trabalho social das primeiras-damas revela-se uma arma política poderosa. Em primeiro lugar, porque dissi-

mula sua natureza política com a proximidade do privado – esposa, cuidado, doméstico. Em segundo lugar, a proximidade com o eleitor cria espaços privilegiados de comunicação, baseados na afetividade, capazes de seduzir e convencer facilmente aqueles entre os quais a primeira dama tem contato. Por fim, porque agem para obtenção e ampliação do poder político.

As mulheres, portanto, mesmo partindo da esfera privada, podem agir politicamente, utilizando recursos específicos, seguindo caminhos que cruzam os espaços públicos e privados. A dimensão política não se restringe exclusivamente à esfera pública, às atividades masculinas, mas está presente também no cotidiano que homens e mulheres vivenciam em conjunto numa determinada relação histórica e que interessa analisar com um enfoque integrador, sem pré-interpretações globalizantes, sem juízos valorativos que desqualificam de antemão formas diferenciadas de envolvimento político (BRITO, 2001, p. 297).

Essas novas perspectivas teóricas foram, aos poucos, conferindo visibilidade e prestígio às mulheres e permitiram, no presente, identificar, no passado a ação política das mulheres. Este é o caso de Gercina Borges Teixeira.

#### EM BUSCA DE EVIDÊNCIAS

Se fragmentos de memórias como notas de rodapé, citações, comentários, textos de uma época (BENJAMIN, 1985) podem ser consideradas fontes de pesquisa, este foi o caminho percorrido nesta pesquisa para poder inferir caráter político a ação da mulher em Goiás nos

anos de 1930 a 1945. Assim, a pesquisa a partir da literatura goiana, bibliografias e livros de memórias relacionados ao período se constituíram a primeira fonte de dados. As entrevistas, embora este artigo não faça referência a elas, também contribuíram com fonte de pesquisa para melhor compreensão da ação das mulheres, e em especial de Gercina Borges Teixeira, no campo da política em Goiás. Segue abaixo, fragmentos encontrados na literatura goiana capazes de gerar dúvidas, no presente, sobre a experiência feminina passada no campo da política.

#### GERCINA BORGES TEIXEIRA: UMA MULHER NA ESFERA PÚBLICA EM GOIÁS

Gercina Borges Teixeira nasceu em Rio Verde, Goiás, aos 26 de agosto de 1900, filha de Antônio Martins Borges e Maria Conceição Borges Antônio. Formou-se normalista em 1917, em Franca, São Paulo e, aos 18 anos de idade, conheceu e casou-se com Pedro Ludovico Teixeira, com quem teve seis filhos. Portanto, estava cumprindo a trajetória esperada para as mulheres de sua época e condizente com a sua origem e posição social. Com a vitória da Aliança Liberal, em 1930, Pedro Ludovico Teixeira foi indicado interventor e eles se mudaram para a cidade de Goiás, então capital do estado. Em 1935, o casal se mudou definitivamente para Goiânia, acompanhando de perto a construção da nova capital de Goiás.

Para situar o leitor, Antônio Martins Borges, pai de Gercina Borges e rico fazendeiro, foi influente chefe político no sudoeste goiano, tendo sido juiz e senador da República. Fazia forte oposição aos Caiado, a quem atribuía a responsabilidade pelo atraso econômico em que se encontrava o estado goiano. Nos dizeres



de Pedro Ludovico Teixeira: “[...] o coronel Antônio Martins Borges, meu sogro, que era pessoa muito conceituada e de muito valor em Rio Verde. Um fio de barba dele valia a palavra, o compromisso. Ele era um homem muito querido e muito respeitado.” (JORNAL OPÇÃO, 1978; REVISTA UFG, 2009, p. 7).

Em 1936, Gercina Borges Teixeira iniciou seus trabalhos assistenciais, primeiro como presidente da Comissão de Donativos da Congregação São Vicente de Paulo, posteriormente como diretora do Conselho Estadual de Assistência Social (instituído pelo Decreto 2670/1939). A partir de julho de 1942, com a criação da Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência (LBA), foi nomeada sua Presidente, cargo que exerceu de 1942 a 1945 e de 1951 a 1961. Faleceu aos setenta e seis anos de idade, em 22 de novembro de 1976, vitimada por um câncer. Evidências da natureza de sua ação são identificadas nos registros que se seguem.

Venerando de Freitas Borges, primeiro prefeito de Goiânia, declara que ela enfrentou, de forma enérgica, no final dos anos 1920, as forças policiais, que procuravam Pedro Ludovico Teixeira em virtude de sua declarada oposição ao então governo do Estado. Segundo narra o ex-prefeito, “[ela as] repelia com altivez e coragem: ‘vocês só entrarão em minha casa, se passarem por cima do meu cadáver.’” (QUEIROZ, 1990, p. 48). Venerando de Freitas Borges afirma também que Dona Gercina “[...] foi uma personalidade forte. Enérgica, sem ser agressiva; franca, sem ser autoritária; esclarecida e equilibrada; solidária e dotada de incomum senso político.” (ORIENTE, 1980, p. 16, grifos nossos).

Entre aqueles com os quais dividiu seu cotidiano, era vista como mulher capaz de organizar eventos sociais com a finalidade de produzir

a coalizão dos grupos políticos atuantes na época. Para José Dalla Mutta, o Pe. Zezinho, ela era

[...] mulher inteligentíssima, não feminista, era sábia, diria quase mais do que dr. Pedro Ludovico, pois a força que tinha aquela mulher não se pode descrever. Mais tarde, já doente ela era minha penitente, nunca me deixou, mas a sua lógica muitas vezes no confessional me dava dor de cabeça pelas perguntas que ela fazia e muitas vezes devia estudar para responder-lhe: Dona Gercina espere a próxima confissão que lhe darei a resposta. Ela era muito profunda em suas indagações. (QUEIROZ, 1990, p. 153)

O jornalista Jaime Câmara, amigo e assessor de Pedro Ludovico, afirma que

[i]ndiscutivelmente, a presença de Dona Gercina Borges Teixeira no cenário político-social e também na área assistencial **marcou um verdadeiro divisor a partir de 1930. [...] Dona Gercina, a partir daí, passou a ter marcante presença na Comunidade Goiana. [...] Até se pode dizer que D. Gercina implantou uma verdadeira revolução nos métodos e costumes vigentes na época, mormente após a mudança da Capital do Estado. [...] Face ao caráter marcadamente humano do presente livro, parece-nos inoportuno focalizar aqui a notável contribuição que deu ao seu marido, nas disputas políticas.** Todavia, já na parte social e mesmo na assistência, há muito, muito mesmo, o que se dizer. (ORIENTE, 1980, p. 234, grifos nossos)

Para Francisco Scartezini, funcionário do Estado de Goiás na década de 1940 e comerciante, dono do Bazar Municipal, então uma referência no comércio de Goiânia, Gercina Borges foi

[...] **Dotada de arguto tino administrativo, dedicou grande parte da sua vida dirigindo a assistência social que surgia. [...] seu nome era amiudamente invocado para a solução de problemas de trabalho, educação e de moradia [...]. Como grande dama que era D. Gercina assessorava seu esposo nas recepções palacianas [...].** (ORIENTE, 1980, p. 229-230, grifos nossos)

Lívia Teixeira Bahia, filha de Gercina Borges, avalia que sua mãe

**Foi o braço forte da família, que acatava sua opinião, válida em todos os momentos,** sempre baseada na verdade e na justiça. [...] fazia minuciosas reflexões nos casos que lhe tocavam o sentimento [...]. Do pouco tempo que lhe sobrava, lia jornais, revistas e outras leituras agradáveis. **Estava sempre em dia com os acontecimentos da época.** (ORIENTE, 1980, p. 237-238, grifos nossos)

Sebastiana Dias Silva, empregada doméstica dos Ludovico, afirmou que sua patroa era uma mulher

Levantava-se cedo para orientar o que deveria ser feito durante o dia, porque sabia que o seu tempo seria tomado com o trabalho de assistência e outras providências sociais e **políticas.** (ORIENTE, 1980, p. 240, grifos nossos)

Esta sala sempre foi uma sala de visitas dos humildes, que aqui apareciam, **es-**

**pecialmente para reverem D. Gercina.** [...] Aqui sempre foi o refúgio para os desvalidos. (ORIENTE, 1980, p. 240, grifos nossos)

Para José Luiz Bitencourt, jornalista, escritor e político goiano,

[...] é preciso que, ao falar de Pedro Ludovico, haja um espaço reservado para nele situar-se a personalidade de Gercina Borges Teixeira [...] **Ela se desdobrou entre a atenção da família e a assistência aos carentes,** assim merecidamente considerada pela sociedade como “uma guerreira a serviço da pobreza”. Mulher de temperamento forte [...] **foi leal ajudante do fundador de Goiânia em toda heróicaepopéia da mudança da capital de Goiás.** Inteligente, dócil, serena e justa, sempre cultivou o amor pela verdade, íntegra na **idéia fixa de modificar, renovar e consolidar novos hábitos e costumes na vida pública estadual.** (REZENDE *et al.*, 2001, p. 49, grifos nossos)

Em trechos do videodocumentário, usado como fonte de pesquisa neste trabalho e disponível no Museu Pedro Ludovico, Maria Nízia B. do Nascimento, amiga da família, relata:

Quando o dr. Pedro ficou viúvo me contou muitas histórias. Inclusive um dia ele me disse: “Nize, **muita coisa do governo, que é atribuída a mim, não é justo. A Gercina é que decidiu muita coisa. Quando tinha reuniões importantes aqui, com líderes de partido, lá embaixo, no escritório, a Gercina não participava, mas ela ficava em pé, na porta, e quando era para dar o veredito mesmo, eu olhava para a Gercina e ela simplesmente fazia assim com o dedo,**

**indicando ‘sim’ ou ‘não’.** (GOVERNO DE GOIÁS, videodocumentário Museu Pedro Ludovico, 2010, grifos nossos)

Venerando de Freitas, primeiro prefeito da cidade de Goiânia e grande amigo de Gercina Borges, afirma que em várias ocasiões foi chamado por ela para esclarecer as medidas tomadas pela municipalidade que, de alguma forma, afetariam “os operários, os pequenos proprietários e comerciantes.” (apud BORGES, 2007, p. 53). O ex-prefeito afirma que

[...] a prefeitura de Goiânia, **a pedido de Dona Gercina, baixou uma lei, instituindo uma contribuição** de cinco por cento sobre a renda tributária do Município, cujo produto era religiosamente depositado, todos os sábados, em agência bancária, a crédito da Santa Casa. (BORGES, 2007, p. 53, grifos nossos)

Falando de sua vida na política, Pedro Ludovico Teixeira declara: “Realmente. **Ela teve uma influência enorme**” (JORNAL OPÇÃO, 1978 apud REVISTA UFG, 2009, p. 191, grifos nossos).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto de que as lembranças permitem, pelos elementos agregados até o presente, redimensionar os sentidos do passado, e alterando a visão sobre a experiência de grupos e pessoas no passado, fundamentalmente daqueles atores sociais vítimas de abusos da memória, como as mulheres, as reminiscências sobre Gercina Borges Teixeira ofereceram novos sentidos sobre o que teria sido sua ação à frente das ações humanitárias no governo de Pedro Ludovico Teixeira. Nas diferentes referências feitas

à Gercina Borges, ainda que se buscasse naqueles registros falar de seu marido, a força de sua presença durante os governos de Pedro Ludovico e sobre a sua trajetória política insistem em se fazer escutar. Não foram raras as referências, conforme evidenciado anteriormente, que chamaram a atenção para a natureza de sua ação. Em um tempo em que não era bem visto socialmente que as mulheres circulassem pela esfera pública e em um campo de domínio masculino, como o da política, era de se esperar que, ao falarem de Pedro Ludovico, não se lembrassem de sua esposa. Porém, sua experiência buscou as brechas e os fragmentos que fizeram referência a sua ação geraram dúvidas sobre ela. À sombra de seu marido, candidato, produziu mudanças nos costumes da época ao assumir uma função pública que não era relacionada nem às artes e tampouco à educação. Ocupou uma função pública, fora dos espaços nos quais, até então, era possível a presença feminina, e conduziu, em Goiás, a assistência aos mais vulneráveis socialmente como ação de estado, ação da qual se ocupou por cerca de três décadas.

Pelos indícios encontrados, embora inicialmente os enquadradores teimassem em considerar esta experiência como benevolência, esta ação não pode ser tomada como caridade cristã ou como pura dedicação e lealdade conjugal, pois, no papel de esposa do candidato, assumiu as funções de primeira-dama e esforçou-se para produzir impactos políticos positivos sobre os projetos e a carreira política do marido. Como chefe de cerimônia, promoveu eventos na residência oficial nos quais os convidados foram escolhidos com base nos interesses políticos do marido, cuidou para reduzir os desgastes que os assuntos ligados à pobreza e à saúde podiam causar à imagem e ao prestígio do candidato e líder político.

Por fim, as mulheres estiveram presentes nos grandes e pequenos acontecimentos históricos, o que motivou o silêncio em torno de suas experiências teria sido o reduzido prestígio social que possuíam e sua posição subalterna na teia das relações sociais. O desprestígio das mulheres, por exemplo, é um dado social pancultural (MEAD, 1969). Ainda que ocupem funções sociais que em outras sociedades, sendo ocupadas por homens, se revelam fonte de poder e prestígio, como é o caso da política, para estas funções ou papéis não resultaram em *status* e poder. A sua associação a funções próprias do privado como mote para a ação na esfera pública, atividades de pouco prestígio social e político, como o é cuidado, impediu que fossem vistas como atores políticos, implicando em silêncio ao mesmo tempo em que reproduziu o desprestígio e a noção da incompatibilidade do feminino com a política.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOIM, S. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 95-117, jan, 2012.

AVELAR, L. Dos movimentos aos partidos: a sociedade organizada e a política formal. **Revista de Sociologia política - Política e Sociedade**, v. 6, n. 11, out, 2007.

Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1310/1204>>. Acesso em: 22 jul. 2013.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

CORRÊA, M. A natureza imaginária do gênero na História da Antropologia. **Cadernos Pagu**, Campinas, São Paulo, v. 5, p. 109-130, 1995.

BORGES, V. F. **Samburá**. Goiânia: Editora Kelps, 2007.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRITO, M. N. C. Gênero e Cidadania: referenciais analíticos. **Revista Estudos Feministas**, ano 9, 2º semestre de 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2001000100017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100017). Acesso em: 22 jul. 2013.

ELSHTAIN, J. B. **Public man, private woman: women in social and political thought**. Princeton University Press, 1993.

HUNT, L. Revolução Francesa e vida privada. In: PERROT, M. (Org.). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HUNT, L. História, cultura e texto. In: \_\_\_\_\_. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. cap.1. Disponível em: [http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/146250/mod\\_resource/content/1/hunt-l-a-nova-hist-c3b3ria-cultural.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/146250/mod_resource/content/1/hunt-l-a-nova-hist-c3b3ria-cultural.pdf). Acesso em: 19 ago. 2014.

KOFES, S. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

MADALOZZO, R. CEOs e composição do conselho de administração: a falta de identificação pode ser motivo para existência de teto de vidro para mulheres no Brasil. **Rev. adm. Contemp**, Curitiba, v.15, n.1, Jan.2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-6552011000100008>>. Acesso em: 02 jan. 2013.

MAYO, E. P. Party politics: The political impact of the First Ladies' social role. **The Social Science Journal**, v. 37, n. 4, p. 577-590, 2000.

MEAD, M. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1969.

- MIGUEL, L. F. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 25-49, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/04.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2013.
- OKIM, S. M. Gênero, o público e o privado. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 440. 2008.
- ORIENTE, E. B. **Dona Gercina** mãe dos pobres. Goiânia: Editora Oriente, 1980.
- PAIVA, D.; MENDONÇA SOBRINHO, M DE S.; SARA, M.S.
- Participação e representação feminina na política em Goiás. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 225-251, jun. 2011.
- PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Críticas feministas a la dicotomia público/privado**. Barcelona: Paidós, 1996.
- POKAM, H. De P. **The participation of first ladies in African politics**. Open Society Institute, Africa Governance Monitoring & Advocacy Project. Camerron, March 2006. Disponível em: [http://www.afrimap.org/english/images/paper/Participation\\_of\\_first\\_ladies%28fin%29.pdf](http://www.afrimap.org/english/images/paper/Participation_of_first_ladies%28fin%29.pdf). Acesso em: 22 jul. 2013.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://biblioteca-digital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1941>. Acesso em: 19 ago. 2014.
- \_\_\_\_\_. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: [http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_si-lencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_si-lencio.pdf). Acesso em: 19 set. 2014.
- QUEIROZ, L. A. **O velho cacique: depoimentos sobre Pedro Ludovico Teixeira**. Goiânia: Ed. Líder, 1990.
- REVISTA UFG. ano 11, n. 6. Goiânia: Ed. da UFG, 2009.
- REZENDE, I. **Pedro Ludovico: A saga da construção de Goiânia no coração do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2001.
- RIBEIRO, E. A. Cultura política e gênero no Brasil: estudo exploratório sobre as bases da sub-representação feminina. In: BARQUERO, Marcello (Org.). **Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SÁNCHEZ, S. F. Mujer y poder político: La desigualdad como norma. **Revista de Ciencias Sociales**, n. 25, fev. 2006. Disponível em: <http://www.apostadigital.com/revistav3/hemeroteca/ferrones.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2013.
- SCHWARTZENBERG, R. G. **O estado espetáculo**. Rio de Janeiro: Difel Ed., 1978.
- SCHWOB, M. **Vidas Imaginárias**. São Paulo: Editora 34, 1997.